

Colegiado do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas

1ª REUNIÃO

31/01/2014

09:00 HORAS

SALA 03 - DPP

REUNIÃO PRESIDIDA PELO PROFESSOR	Sandra Cristina Gomes (Coordenador do Curso)
MOTIVO DA REUNIÃO	1ª Reunião do Colegiado de Curso
SECRETÁRIA	Daniele Gomes da Silva Soares
PROFESSORES PRESENTES	Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva Alan Daniel Freire de Lacerda Anderson Christopher dos Santos Cláudio Roberto de Jesus Fernando Manuel Rocha da Cruz Glenda Dantas Ferreira Joana Tereza Vaz de Moura Maria do Livramento Miranda Clementino Lindijane de Souza Bento Almeida Patrick Le Guirriec Robério Paulino Rodrigues Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal
DISCENTES	Sem representantes
AUSÊNCIAS	Fábio Fonseca Figueiredo Fernando Bastos Costa Zoraide Souza Pessoa

1. INFORMES

Havendo quórum regimental, a Presidente iniciou a sessão às 09h11.

A Presidente falou sobre a necessidade de avaliação ou eventualmente uma proposta de revisão do curso do projeto político pedagógico, disse que após discussão no próprio DPP e também com a PROGRAD, ficou claro que o procedimento inicial poderá ser realizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). A Presidente disse que é necessário repensar o papel do NDE, e uma das atribuições é propor uma metodologia e um cronograma para fazer a avaliação do curso, e, se for o caso, propor alterações. Lembrou ainda que outra questão relevante, que dever ser levada também em consideração, foi a aprovação as diretrizes curriculares nacionais aprovadas no Campo de Públicas, ponto que merece avaliação para tomada de decisão sobre adesão ou não do curso.

A Presidente falou sobre demanda do DELLEM, realizada por meio da profa. Selma Maria, a qual solicitou utilizar o LabGPP nas terças e quintas-feiras, 1º e 2º horários do turno matutino, para ministrar aula. A professora Selma justificou que o DELLEM tem laboratório, mas uma aluna gestante que está com limitação para acesso ao laboratório (I7) do DELLEM, localizado no terceiro andar do prédio pelo motivo do elevador encontra-se quebrado. A professora Selma disponibilizou o laboratório do DELLEM no caso de haver necessidade de utilização pelo DPP. A professora Lindijane disse que teve uma conversa com a profa. Selma, mas achou mais prudente questionar aos professores do DPP se esses têm planos para utilizar o LabGPP nos dias e horários solicitados, e, em caso afirmativo, se professor terá algum problema em utilizar o laboratório do DELLEM que conta com vinte computadores. Em resposta ao questionamento, os professores não manifestaram necessidade de utilização do LabGPP para esses dias e horários.

A Presidente disse que a distribuição de orientações acadêmicas ocorrerá somente após consulta aos alunos a realizar-se no Seminário de Preparação 2014.1.

O professor Alan deu informe sobre o resultado da consulta sobre estágio docente realizada à Procuradoria da UFRN.

2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA - 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2013

A Presidente colocou em discussão a ata encaminha por e-mail.

A Presidente colocou em discussão. A profa. Lindijane solicitou correção na fala do ponto 1.4, disse que não apoiou as duas notas, relatou a questão da profa. Marise, esclareceu que foi uma discussão sobre as notas, como o sistema estava e como os professores estavam trabalhando; destacou ainda a necessidade de retificar no ponto 1.1, onde lê-se "Seminário de Integração 2013.2", leia-se "Seminário de Avaliação 2013.2"

Após discussão, a ata foi colocada em votação e obteve aprovação por unanimidade, mediante ressalva das correções solicitadas pela profa. Lindijane.

3. APRECIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE MATRÍCULA EM TCC 2014.1

A Presidente apresentou as solicitações de matrícula em TCC. Disse que após encaminhamento das lista de solicitações por e-mail para os professores foram acrescentadas mais solicitações: Monaliza – profa. Sandra; Cinthia – prof. Anderson; Daniele Nunes – profa. Joana e Ana Flora – profa. Joana, e que todas já foram confirmadas pelos orientadores.

A professora Lindijane relatou que no semestre passado estava orientando a aula Marília e que esta justificou a prorrogação do prazo do TCC em virtude da necessidade de estudar para segunda fase das provas da OAB, no entanto, a aluna já estava com o quarenta por cento do trabalho elaborado, bem como pesquisa. Foi sugerido matricular a aluna sob orientação o professor Alan.

Após discussão, as solicitações de matrículas em TCC foram colocadas em votação. O Colegiado aprovou por unanimidade.

4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS PEDIDOS DE HORAS COMPLEMENTARES

<p>A Presidente propôs formar uma comissão composta por 3 professores para realizar análise dos pedidos de horas complementares uma vez por semestre. Sugeriu que a comissão seja composta pelas Coordenadora, Vice-Coordenadora e mais um professor.</p>
<p>O professor Alan lembrou que mesmo havendo a comissão, faz-se necessário aprovação dos pedidos pelo Colegiado, conforme versa a Resolução.</p>
<p>A professora Livramento sugeriu a criação no departamento de uma comissão de extensão, que atenderia não só a proposta da profa. Sandra, como também serviria para analisar projetos de extensão gerais. A Presidente disse que a ideia era boa, porém mudava completamente a intenção da proposta, porque não cabe coordenador e vice-coordenador de graduação em comissão de extensão, mas que nada impede pensar a médio prazo nessa proposta de comissão.</p>
<p>A Presidente disse que a ideia é enviar o resultado da análise por e-mail e discutir somente o que for extraordinário.</p>
<p>A Presidente sugeriu a fixação de um calendário de reunião e análise, com prazo para entrega das horas complementares previsto para até um mês antes do encerramento do período letivo.</p>
<p>A Presidente questionou quem se voluntariaria para compor a comissão no semestre 2014.1. O professor Cláudio se prontificou a participar.</p>
<p>A Presidente sugeriu o encaminhamento da minuta de uma proposta para a comissão de extensão para posterior discussão, mas que de imediato seja apreciado e implementada a comissão de análise de pedidos de horas complementares.</p>
<p>Colocada em votação, a proposta para criação da comissão para análise dos pedidos de horas complementares para o semestre 2014.1, composta pelos professores Sandra, Joana e Cláudio, foi aprovada por unanimidade.</p>
<p>5. PROPOSTA DE INSERÇÃO DE NOVA ATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE HORAS COMPLEMENTARES: REPRESENTANTES DISCENTES.</p>
<p>A Presidente disse que em conversa com o Centro Acadêmico e com alunos, questionou o porquê de não haver representantes no Colegiado do Curso e, dentre várias discussões, obteve a resposta que nenhum aluno apresenta interesse em participar. A Presidente lembrou que a turma de 2009 era muito engajada, já nas outras turmas o problema começou a emergir. Mediante tal problema, a Presidente disse que discutindo com as professoras Lindijane e Joana pensaram em considerar a atividade de representação como uma atividade relevante e complementar para um gestor de políticas públicas. Diante disso, a Presidente propôs inserir a atividade de representante discente na Resolução de Horas Complementares com uma atividade de extensão, com oitenta horas por semestre e um máximo de trezentas horas. Ressaltou que acredita ser um grande incentivo para atrair representantes realmente comprometidos em exercer a função.</p>
<p>A professora Lindijane questionou sobre a situação de horas para representante suplente e titular. A Presidente disse que não havia pensado nisso.</p>
<p>O professor Alan achou interessante a proposta por conferir um peso na Resolução, entretanto, considerou a quantidade de horas muito alta e sugeriu reduzir esse patamar. A Presidente disse achar importante discriminar o tipo de representação discente.</p>
<p>A professora Livramento disse achar a proposta, a priori, interessante, mas acha que o Colegiado deve refletir melhor a natureza da proposta antes mesmo dos créditos, visto que existem questões que merecem um reflexo mais profunda. Disse que não advogaria essa proposta para qualquer curso da UFRN, mas em se tratando do curso de Gestão de Políticas Públicas, analisando pelo aspecto da construção da liderança e exercício da função de gestor, acha bastante positivo. Disse que concorda com o professor Alan quanto à representação discente em qualquer instância da universidade e fora dela. Disse ainda que consegue vislumbrar um aspecto "deseducativo" do ponto de vista da educação para cidadania, acha que o movimento estudantil perde, pois há possibilidade de surgir oportunistas. Perguntou se a representação discente requeria tutoria.</p>
<p>A professora Soraia disse que existe declaração de comparecimento com número de horas presenciais em reuniões para professores, e que essas horas são convertidas em pontos para serem apresentados no processo de progressão.</p>
<p>Após discussão, foi deliberado que o limite de horas dependerá da participação da representação discente nas reuniões dos colegiados institucionais.</p>
<p>Posto em votação, o Colegiado aprovou por unanimidade.</p>
<p>6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE ALTERAÇÕES NOVO REGULAMENTO DA GRADUAÇÃO QUE APRESENTAM IMPLICAÇÃO IMEDIATA NA REORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE 2014.1</p>
<p>A Presidente citou que algumas mudanças relevantes no regulamento, dentre elas, o registro no SIGAA do plano de curso; redução do prazo para trancamento de disciplinas; nova nomenclatura para trancamento de programa, que passou a ser nomeada de suspensão de programa; novos critérios para aprovação; reprovação; alunos que vão para avaliação de reposição denominada de avaliação de reposição.</p>
<p>A Presidente destacou que no caso do GPP com uma unidade, a média 5,0 vira média de aprovação (média final – de aprovação), caso o professor adote várias avaliações, ainda assim, permanece valendo a média parcial de mínimo 5,0. A avaliação de reposição substitui a nota da unidade.</p>
<p>O professor Alan disse que algumas disciplinas têm mais de uma unidade, no entanto, a maioria apresenta apenas uma unidade. A professora Lindijane disse que foi uma decisão do Plenário a utilização de apenas um unidade. A Presidente esclareceu que é facultativo ao professor adotar mais de uma avaliação mesmo dentro de uma unidade.</p>
<p>O prof. Robério disse que é contra a nova metodologia para atribuição de nota. A professora Livramento ressaltou que o DPP deverá trabalhar conforme versa a Resolução. O prof. Patrick disse achar a nova metodologia muito mais simples. O professor Alan disse que substantivamente concorda como novo regulamento, na avaliação final não alterava muito a média parcial com relação a quantidade de unidades, sugeriu que as unidades sejam discutidas na plenária.</p>
<p>A professora Joana disse que é importante que o aluno saiba que vai fazer prova de reposição com todo conteúdo do semestre.</p>
<p>O professor Cláudio questionou sobre a autonomia do professor quanto à reposição de avaliação. A Presidente esclareceu que a regra obriga ao professor realizar reposição final àquele o aluno que perde qualquer avaliação, todavia, é possível ao professor estabelecer outros critérios.</p>
<p>A Presidente ressaltou que, em síntese, os professores deverão readaptar os seus planos de avaliação levando em conta uma unidade e que o professor tem autonomia para adotar quantas subavaliações achar necessário. Destacou ainda que a última orientação recebida da PROGRAD foi que, no caso de adoção de uma unidade, os alunos serão automaticamente aprovados quando atingirem nota na média parcial acima de 5,0. Quanto à avaliação de reposição, os professores deverão tomar cuidado para que seja uma avaliação exigente porque ela substituirá a nota completa da unidade 1.</p>

7. PROPOSTA DE REVISÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR PARA IMPLEMENTAÇÃO EM 2014.2

A Presidente mencionou que os alunos têm muita dificuldade para ler o histórico e que essa dificuldade não é exclusiva do curso de GPP. Citou que atualmente a forma de pagar as optativas está em desacordo com o projeto político pedagógico, o que gera orientações acadêmicas incorretas. Fez um breve relato do projeto pedagógico traz sobre as disciplinas optativas. Explicou que o sistema SIGAA verifica se o aluno cumpriu o mínimo da grade original, por eixo, e verifica se disciplinas de fora estão na estrutura curricular do curso de DPP; se sim, é aceita como optativa, se não, é aceita como eletiva, segundo regras da UFRN que apresenta o limite de 240 horas para cursar essas disciplinas.

A Presidente expôs que o problema surgiu porque o SIGAA não consegue alocar optativas de fora do eixo. Em consequência disso, o aluno pode pagar qualquer disciplina fora do GPP que conste na estrutura curricular, independente do eixo em que se encaixa. A Presidente destacou que isso faz com que as nossas orientações caiam no vazio, gerando uma confusão para o aluno que procura a coordenação para entender o histórico e saber se vai conseguir se formar.

A Presidente ressaltou que a lista de optativa é problemática e gera o direito também de aproveitamento. Diante disso, a Presidente disse que é imperativo reavaliar a lista para enxugá-la e incluir disciplinas que têm relação com o curso de GPP.

A Presidente apresentou a lista optativas que encontra-se disponível do SIGAA.

A Presidente mencionou que para solucionar tais problemas, reuniu-se por duas vezes com a SINFO e PROGRAD para discutir uma solução e obteve a garantia de que a modificação é viável somente para os ingressantes 2014.2, desde que o Colegiado seja favorável. Além disso, disse que fora analisada também uma forma compulsória, mas concluíram que tal medida geraria muitos problemas.

A Presidente disse que o primeiro passo será a redefinição da lista (grupo) de disciplinas optativas. Sugeriu que a criação de grupos de optativas por eixos de formação que constam no original do PPP seja realizada ao longo de 2014, ou seja, após a avaliação e revisão do PPP.

A Presidente declarou que fez após uma discussão profunda com Lindijane, Joana e a PROGRAD concluíram que a tarefa de definição do grupos de optativas deve ser designada ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e que esse deverá apresentar o resultado ao Colegiado.

A professora Livramento achou a proposta muito interessante, mas alertou que há duas formas de redefinir o grupo de optativas, sendo uma indicando como optativas as disciplinas já cadastradas de outros cursos, e outra forma seria a criação novas disciplinas para gerar optativas através do DPP.

A professora Lindijane disse achar um caso de urgência rever a lista, posto que o curso permite ao aluno cursar até quarenta por cento de disciplinas fora do departamento.

O professor Alan fez um breve relato do surgimento do problema das disciplinas eletivas.

A Presidente questionou o Colegiado se poderia receber o aval ou não para dar início da organização revisão da lista de optativas. Posta em votação, O Colegiado aprovou por unanimidade, a revisão da lista de optativas.

8. ESCOLHA DOS MEMBROS DO NDE E AS FUNÇÕES ESPERADAS DESSE GRUPO DE PROFESSORES

A Presidente disse que em reunião com Joana e Lindijane discutiram as funções esperadas pelo NDE e chegaram à conclusão que o grupo de professores participante do NDE deveria fazer a atualização da lista de optativas, coordenar as atividades da avaliação e, se for o caso, elaborar uma proposta de mudança no curso de GPP. Como primeira tarefa seria apresentar um cronograma e metodologia. A Presidente disse que o NDE passará a trabalhar de forma atuante. Lembrou que a resolução permite a atribuição de carga horária 4 horas semanais, e na medida do possível, essa carga poderá ser levada em conta a carga horária no momento da distribuição de disciplinas de forma a criar incentivo para que o NDE cumpra as suas funções.

A Presidente disse ainda que o professor Márcio Valença, integrante do NDE, deverá ser substituído tendo em vista o seu afastamento para pós-doutorado. Relatou também que foi procurada pelo professor Fábio o qual que para ser substituído no NDE.

A Presidente mencionou que tinha dúvidas se o coordenador e/ou vice-coordenador do curso de graduação poderiam compor o NDE, mas já que tal dúvida já fora esclarecida, pois tanto o coordenador e/ou vice-coordenador quanto o chefe do departamento, podem e devem fazer parte de NDE.

A profa. Livramento lembrou a exigência de cumprimento da carga horária mínima de 120 horas por semestre.

A profa. Livramento disse que não leu a resolução do NDE, mas lembrou o procedimento operacional do avaliadores do MEC, que não permitiram que o coordenador participasse da reunião com o NDE. A Presidente esclareceu que é um procedimento padrão do MEC para captar se o coordenador domina completamente o NDE ou se o NDE tem liberdade.

A professora Lindijane sugeriu que a professora Livramento substitua o professor Márcio Valença por ter sido ela autora do projeto criação do curso, por ter a memória da concepção original. A professora Livramento relatou que sua postura no NDE será sempre, a não ser que a convençam, em defesa da proposta original.

Após discussão, foi colocada a substituição do professor Márcio pela professora Livramento. A Presidente perguntou quem gostaria de participar do NDE. A professora Joana se colocou à disposição para substituir o professor Fábio.

Diante da dúvida do mandato, o Colegiado decidiu apreciar e aprovar os nomes dos novos integrantes do NDE na próxima reunião.

9. PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DE CALENDÁRIO PARA MATRÍCULA EM TCC E DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.

Ponto de pauta transferido para próxima reunião.

OBSERVAÇÕES

- Participação do Diretor do CCHLA
- O professor Herculano disse que as mudanças em alguns procedimentos no Setor II estão causando alguns transtornos. Pediu para ouvir os professores.
 - O professor Robério disse que o correto seria que um bolsista fizesse esse serviço. Disse que havia muito tumulto na sala para devolver ou receber a chave.
 - A professora Soraia disse que tem insatisfações quanto a forma e conteúdo e que essa é uma discussão a nível de sindicato, pois está ocorrendo a associação da segurança da instituição ao professor e é impossível ao professor garantir o diminuição de roubo. Acha que foi uma decisão muito abrupta e que há necessidade de mais discussão.

- A profa. Livramento concordou com a fala da professora Soraia. Disse que há especificidade aos cursos e ao Centro de Humanas. Informou-se que isso é um procedimento usual em outros Centros, mas a de se considerar a natureza dos Centros que operam com laboratórios. Citou que o DPP já se responsabilizava pela abertura e fechamento do laboratório de GPP e que para o DPP, que tem especificidades no currículo, tal prática torna-se inviável.
- O prof. Herculano, disse que a decisão foi tomada baseada no CCET. Disse que não teve tempo hábil, por causa do período de férias.
- A profa. Soraia propôs colocar placa com nome do professor, horário e responsável pela abertura.

Sessão encerrada às 11h55.

O ponto 9 da pauta foi transferido para próxima reunião.

